

Homem Ambiental

W. H. Ittelson, H. M. Proshansky, L. G. Rivlin, & G. H. Winkel

PSICOLOGIA AMBIENTAL: COMO SURTIU

Arquitetos e projetistas sabem desde há muito tempo que a forma e a aparência de um prédio influenciam certos comportamentos que acontecem dentro dele. Estudiosos da História da Arquitetura já notaram que as moradias do homem em todos os cantos do mundo são um reflexo dos valores sócio-culturais da época e da região, expressando necessidades que estão além da mera necessidade de abrigo físico e conforto -necessidades psicológicas de identidade, criatividade e harmonia com o mundo.

Quando os homens constroem casas, eles criam não só um ambiente físico, mas também um ambiente psicológico de significados, um mundo simbólico que reforça um esquema particular de gostos e valores. No entanto, pouco se sabe além dessas noções gerais sobre a interação entre os aspectos psicológicos do homem e seu ambiente físico. Somente em anos recentes tem havido uma tentativa sistemática de desvendar a natureza empírica desse relacionamento. O próprio termo Psicologia Ambiental não era usado de modo bem definido até há pouco tempo atrás.

Em 1958-1959 três dos autores deste livro começaram a pesquisar a influência de projetos de enfermarias sobre o comportamento de pacientes de hospitais psiquiátricos. A partir daí desenvolveu-se uma série de estudos que lidavam com o ambiente físico como parte integrante do setting terapêutico.

Outros autores (Izumi, Osmond, Sommer) estavam trabalhando independentemente em abordagens semelhantes, e a área em geral estava se expandindo

A Série: Textos de Psicologia Ambiental junta artigos previamente publicados, trechos traduzidos, textos de alunos das disciplinas Psicologia Ambiental e Psicologia Social, bem como trabalhos dos membros do Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB. A série tem fim didático, sendo preparado pelo Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB.

Sobre os autores: Os autores são professores no Departamento de Psicologia Ambiental, Graduate Center, City University of New York.

O presente texto constitui o primeiro capítulo do livro W. H. Ittelson, H. M. Proshansky, L. G. Rivlin, & G. H. Winkel (1974). *An introduction to Environmental Psychology*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston (Cap. 1, pp. 1-16). A tradução e adaptação é de José Q. Pinheiro, exclusivamente para fins didáticos.

☞ *Como citar*

Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (2005). Homem ambiental. *Série: Textos de Psicologia Ambiental, N° 14* (tradução J. Q. Pinheiro). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

chegando a incluir ambientes não-institucionais. Por volta de 1969 já havia sido montada uma lista com mais de 600 pessoas que estavam profissionalmente interessadas nesse relacionamento pessoa-ambiente. Mesmo assim, entretanto, a Psicologia Ambiental tinha se desenvolvido pouco no sentido de uma teoria a sustentar suas observações empíricas e gozava de limitada aceitação acadêmica.

Não obstante, questões haviam sido levantadas e marcos de sinalização colocados. O próprio projeto dos autores deste livro cresceu e transformou-se em um amplo programa de pesquisa sobre os efeitos dos ambientes físicos contínuos em vários aspectos do comportamento. Ali estava um campo que nitidamente não era nem Sociologia nem Psicologia, nem Arquitetura nem Planejamento Urbano. As profissões da área de projeto se lançaram nele, como o fizeram -em níveis estratégicos -a Antropologia e a Geografia. O momento era oportuno para a integração de várias disciplinas que estavam a seus próprios modos explorando esse interesse recente pelo relacionamento do mundo físico e a resposta humana a ele. Em 1968 o Centro de Pósgraduação da Universidade da Cidade de Nova Iorque organizou uma nova área de formação dentro do programa de Psicologia. Este livro, em parte, é uma consequência das disciplinas oferecidas no departamento e das pesquisas desenvolvidas por estudantes e professores.

Desde aquela época, o tema tem atraído muitos estudantes e não poucos pesquisadores e acadêmicos. Universidades abriram departamentos em Psicologia Ambiental; escolas de Arquitetura incluem disciplinas sobre o assunto como parte de seu currículo regular; firmas de arquitetura dão emprego a cientistas comportamentais para assessorar os designers profissionais. Nas ciências sociais e físicas as implicações da psicologia ambiental são usadas para o estudo de áreas até então negligenciadas do relacionamento pessoa-ambiente, agora vistas como relevantes. Embora a literatura de pesquisa na área tenha atingido proporções bem expressivas, e algumas posições teóricas tenham sido definidas, esse material está bastante disperso e não facilmente disponível para o estudante. Livros sobre o assunto, em sua maioria, tratam de tópicos especializados (por exemplo, Espaço pessoal, de Sommer; A dimensão oculta, de Hall; O comportamento espacial de pessoas idosas, de Pastalan & Carson). No momento em que escrevemos, não existe um manual geral que inclua todos os principais componentes para o estudo de Psicologia Ambiental. É intenção deste livro oferecer tal abordagem compreensiva, ainda que introdutória, a esse assunto

multidisciplinar.

Uma vez que a Psicologia Ambiental é nova, com muitos problemas pendentes, ainda por serem investigados, este livro não tem a intenção de adotar uma abordagem rigorosamente científica, característica de disciplinas mais tradicionais. Ainda não existe uma posição oficial em Psicologia Ambiental; ela é uma área de pesquisa em desenvolvimento, que procura formular teorias e construtos que irão proporcionar, se não uma posição teórica definida, pelo menos um guia cientificamente orientado.

Nossa abordagem difere de muitos manuais em pelo menos dois outros aspectos. Como a ênfase deste livro é na integração de material proveniente de fontes bastante diferentes, não nos preocupamos em escrever na linguagem técnica de nenhuma dessas disciplinas. O estudante irá encontrar um mínimo de jargão técnico e, esperamos, um máximo de compreensão. A Psicologia Ambiental não precisa ser nem pedante nem esotérica. Da mesma forma, a literatura pertinente é revisada neste texto somente na medida em que se aplica aos tópicos específicos sob consideração. Nossas referências são selecionadas, nós não tentamos incluir todos os documentos especializados e relatórios de investigação que se desenvolvem em Psicologia Ambiental apenas para sermos abrangentes. Elas são, entretanto, representativas do que acreditamos serem as principais linhas de investigação. Nosso esforço foi de dar alguma coerência descritiva à variedade de resultados e teoria provenientes dos muitos campos que ajudam a compreender o fenômeno pessoa-ambiente.

O que explica o florescente interesse pela Psicologia Ambiental? Duas razões são mais ou menos óbvias. Uma é a atual preocupação com os problemas da vida nas cidades -o ambiente construído que está se tornando, para muitos de nós, cada vez mais inadequado como contexto de vida. Densidade populacional, degeneração das áreas centrais, poluição e alienação são alguns dos estressores ambientais aos quais o homem urbano está sujeito. Programas de estudos urbanos e uma crescente ênfase em planejamento urbano testemunham a urgência com que procuramos uma análise mais empírica do relacionamento entre comportamento das pessoas e suas cidades.

A segunda razão diz respeito à nossa conscientização em relação ao ambiente natural. Aqui, à poluição provocada pelo ser humano soma-se a degradação dos recursos naturais, a vida selvagem em extinção e a ameaça de colapso ecológico. Se o ser humano deve viver em harmonia e inspirar, como parte da ordem natural das coisas, seu eu interior, um melhor equilíbrio deve ser estabelecido entre a integridade desse ambiente e sua exploração destrutiva. A profunda preocupação, que toma conta do mundo hoje em dia, com a questão ambiental é essencialmente um reconhecimento de que a espécie humana não está mais numa carona gratuita na Terra às custas dos recursos do planeta.

O fato de que as coisas talvez já estejam começando a se modificar só serve para evidenciar a determinação com

que nós temos tentado reverter aquela tendência. E sob a superfície de nossa preocupação jaz uma realidade mais profunda de que só agora estamos começando a tomar consciência. O mundo "não-natural", construído pelo homem, que tomou o lugar da "natureza" como contexto de nossas vidas diárias está separando o ser humano de muito de seu passado biológico. O secular equilíbrio entre o homem e o ambiente natural -a acomodação física e psicológica entre o homem e seu ambiente externo, que lhe permitia vagar livremente pelo universo - está se dissolvendo ante o impacto do desenvolvimento tecnológico. Assim, o que nós estamos corretamente buscando hoje é um relacionamento com o ambiente que não só preserve o que temos, mas que de fato nos ajude a recapturar o que foi perdido.

EVOLUÇÃO E MUDANÇA

Quando o ser humano tenta modificar seu entorno está fazendo algo que é característico de todas as espécies animais. Três aspectos desse intercâmbio com o ambiente, entretanto, são exclusivamente humanos: primeiro, sua extensão; segundo, sua implementação deliberada e auto-consciente; e terceiro, sua complexidade. O nicho evolucionário que o homem ocupa na escala filogenética da vida se caracteriza basicamente por sua habilidade de modificar o ambiente para servir uma ampla variedade de necessidades humanas. E ao fazê-lo, ele se diferencia notavelmente de outros animais, o que enfatiza adaptação ao ambiente num esforço de estar confortável e de sobreviver.

Do ponto de vista de longo prazo da evolução biológica, a extensão desse intercâmbio é provavelmente o aspecto mais importante. Começando nas primeiras etapas da idade da pedra, o ser humano vem gradualmente mudando a face da Terra até hoje, quando deixamos nossas marcas no espaço extraterrestre. Falamos com orgulho de conquista da natureza; ainda que essa conquista, independentemente do que tenha causado à própria natureza, imponha ao ser humano uma carga sem precedentes de ajustamento, tanto na magnitude de mudança como no ritmo continuamente crescente de aceleração. É como se uma tempestade estivesse se formando e não conseguíssemos encontrar abrigo. A tecnologia moderna adquiriu vida própria; o próprio processo de mudança parece às vezes ter escapado de nossas mãos, de modo que nossas sociedades industriais não mais refletem as verdadeiras necessidades de seus habitantes.

Como ambientalistas, estamos preocupados não só com as implicações econômicas e culturais desse fenômeno, mas também com o nível com que o homem tem sido psicologicamente violentado e caricaturado pela tecnologia, aspecto central do fenômeno. Na verdade, para muitos de nós, ocorre uma inevitável impressão de que há algo errado com um mundo que provê tanto em sentido material e mesmo assim nos deixa vagamente insatisfeitos com nossas vidas. Simplesmente modificar nosso ambiente, portanto, não necessariamente melhora nossas

chances de sobrevivência. A mudança deve ser deliberada em termos das consequências humanas de longo prazo.

Essa noção é melhor expressa pelo segundo aspecto da interação pessoa-ambiente. De todas as criaturas, somente o ser humano pode efetuar mudanças deliberada e auto-conscientemente. Além disso, ele o faz a partir de uma cultura comunicável e única, que outras espécies não possuem.

A distinção é importante porque dá ao ser humano um grau de controle sobre seu mundo de que nenhuma outra espécie desfruta. Mais do que isso, torna possível o planejamento da direção e efeito de tais mudanças, oferecendo ao indivíduo a liberdade de melhor definir a si próprio no ato de modificar seu ambiente e, acima de tudo, de criar um mundo que reafirma seus preceitos filosóficos e éticos. Controlar o ambiente significa, em muitos sentidos, moldar o futuro.

Por mais importantes que sejam esses aspectos em traçar a resposta humana ao ambiente físico, é o terceiro aspecto de nossa tríade -a complexidade da resposta humana -que forma o cenário e a força motivadora deste livro. Certamente o intercâmbio pessoa-ambiente é física e biologicamente complexo (como as ciências nos informam), mas é nos níveis psicológico e social de análise que nossos interesses estão focalizados. Sabe-se bem menos sobre essas áreas do que sobre as qualidades empiricamente mais pesquisadas do mundo físico e biológico.

Mais importante para nosso ponto de vista, no entanto, é o fato de que o ambiente psicológico do ser humano é em larga escala um produto de sua própria criação; e é porque ele é tão amplamente influenciado pelo seu próprio produto que o estudo desse relacionamento é tão crucial.

O efeito psicológico sobre o ser humano do ambiente que ele próprio criou pode se mostrar a solução para o problema da "ecologia", pois no longo prazo da história o produto se torna o mestre. Ao modificar seu ambiente o ser humano pôs em movimento forças que só podem ser revertidas ou recanalizadas por um esforço consciente e deliberado, e tal esforço só será bem sucedido na medida em que as implicações dos relacionamentos pessoa-ambiente sejam inteiramente compreendidos. O propósito geral deste livro, portanto, é explorar os modos em que esses relacionamentos influenciam e modificam o comportamento humano.

O QUE É PSICOLOGIA AMBIENTAL?

Deve ficar claro que Psicologia Ambiental não é uma teoria de determinismo. Ela vê o homem não como um produto passivo de seu ambiente, mas como um ser dirigido a seus próprios objetivos, que age sobre seu ambiente e que, reciprocamente, é influenciado por ele. Ao modificar seu mundo, o homem modifica a si próprio. Um bom princípio norteador nessa questão é o que chamamos de intercâmbio dinâmico entre pessoa e seu ambiente. A concepção tradicional de um ambiente fixo ao qual os

organismos devem se adaptar ou perecer é substituído pela visão ecológica que enfatiza o papel do organismo em criar seu próprio ambiente.

Uma outra característica importante da Psicologia Ambiental diz respeito aos métodos que ela usa para investigar o comportamento. O psicólogo tradicional estuda o ser humano isolando-o de seu ambiente diário a fim de obter descrições de sub-comportamentos discretos e quantificáveis. Isso é normalmente feito no laboratório ou em outros contextos experimentais e controlados.

Reconhecendo que tais métodos têm um lugar válido na investigação de certos atributos comportamentais, a Psicologia Ambiental, não obstante, prefere estudar os seres humanos em seus contextos diários, intactos. Normalmente ela não isola e dispõe o comportamento em função das curiosidades do psicólogo investigador, mas olha para o comportamento tal como ele é, com o ambiente exercendo papel integral no processo. Assim, nosso segundo foco de interesse é o estudo do ser humano como parte de seu meio.

Uma terceira característica da abordagem ambiental é seu caráter multidisciplinar. Ela se esforça por aproximar os aspectos relevantes de uma variedade de disciplinas cujos interesses se referem a, e contribuem para, uma compreensão do comportamento humano em sua relação com ambientes específicos. Nossas fontes de material estão não só na Psicologia, mas na Sociologia e Antropologia também. Além disso, o trabalho de arquitetos, planejadores urbanos, ecólogos, designers e outros profissionais preocupados com o ambiente físico, ajudam-nos a definir as fronteiras fundamentais da Psicologia Ambiental.

A Psicologia Ambiental também se preocupa com problemas sociais. Ela adota uma orientação humanística em reconhecimento do fato de que, ao lidar com seu ambiente, o ser humano está afetando crucialmente não só a terra em que vive, mas também os outros que a compartilham com ele. Em um extremo, exploramos as implicações comportamentais da vida urbana, em sua relação com padrões de moradia, aglomeração, identidade social e fatores de estresse. No outro extremo o ambiente natural é estudado tanto como área problema, relativa à degradação ambiental, quanto como contexto para necessidades recreacionais e psicológicas. Nesse sentido, propomos uma ética ambiental baseada numa abordagem tanto comportamental quanto ecológica da natureza.

Em um nível mais teórico, a Psicologia Ambiental estuda alguns processos psicológicos básicos. Central em nossa abordagem é o papel da percepção, que vemos como um elemento crucial no intercâmbio pessoa-ambiente. Isso significa dizer que cada indivíduo percebe ou experiencia o mundo à sua volta de modo individual e único. A realidade percebida, bem como a objetiva, guia suas ações e determina se as satisfações que ele procura serão obtidas. Como parte desse processo, o papel da cognição é importante -como damos sentido ao confuso ambiente ao nosso redor. Nesse sentido nós estamos interessados no estímulo que afeta a percepção;

nas propriedades espaciais do ambiente que influenciam padrões de comportamento; em contingências do "mundo real" às quais o ser humano precisa adequar um relacionamento congruente; e nos relacionamentos sociais que são facilitados pelo seu uso do espaço. O ambiente como um fator no crescimento e no desenvolvimento, e seu papel na aprendizagem, também é considerado.

Para uma compreensão de todos esses processos é crucial um conhecimento dos valores, atitudes, e normas sociais e culturais que a pessoa traz para seu ambiente. E finalmente, estamos preocupados com o ser humano como construtor; com os problemas de concepção e planejamento de um ambiente que seja funcional, num sentido prático, e ainda humanamente satisfatório. Assim, uma tendência crescente em Psicologia Ambiental se volta para o ambiente imediato de vida do indivíduo e alguns esforços tem sido feitos com vistas a construir modelos teóricos plausíveis que possam orientar as pesquisas nesse campo.

Além disso, nós estamos procurando isolar aspectos mais específicos do ambiente que têm relação com nossas vidas diárias. Será verdade, como crê Izumi (1969), que o uso de plásticos para simular madeira, metal, couro e até plantas instala um elemento de dúvida em nossos receptores sensoriais, que é inconsistente com o que nós instintivamente sentimos que o ambiente deva ser, portanto criando uma tensão inconsciente em nosso relacionamento com a nova tecnologia? Será que prédios reluzentes de escolas e de escritórios, com paredes totalmente envidraçadas, explicam a "ansiedade existencial", tão característica em nações industrializadas, por separar-nos do familiar ambiente humano de nossa infância? Izumi acha que a monotonia da decoração, longos corredores em grandes edifícios, escrivatinhas alinhadas nos escritórios sugerem que nós estamos em uma esteira rolante e conseqüentemente afetam negativamente o "tempo psíquico confortavelmente percebido". Será que tais ambientes desprovidos de tempo nos tornam ansiosos porque somos incapazes de ver um futuro? Izumi acha que sim.

Qual é, então, o papel do ambiente em nos proporcionar um senso de futuro ou mesmo de passado? Será que queremos ordem em nosso mundo? Ambigüidade? Novidade? Qual é o ambiente apropriado que muitos biólogos acreditam todo organismo procura? Não necessariamente um confortável, pois um grande número de povos do mundo vivem sob condições de desconforto físico, e o fazem voluntariamente. Isso não é sempre uma questão de necessidade econômica. Uma terra recalcitrante, uma região seca e empoeirada, ou uma costa marítima constantemente varrida por tempestades podem ajudar os habitantes de tais lugares a encontrar um senso de autovalor em seus ambientes e, ao fazê-lo, satisfazem uma das necessidades mais básicas do ser humano.

Nós nos testamos contra o ambiente todos os dias, e conseqüentemente afirmamos (ou negamos) certos valores que não podem ser testados de outras maneiras. Em parte isso é uma questão de se levantar contra a nova

tecnologia, o mundo dos sintéticos, a tão difundida decadência urbana; e parcialmente uma questão de fluxo ambiental. O mundo físico está mudando. A forte pressão populacional está tornando necessário dispor pessoas umas em relação às outras e em relação a seus ambientes de modos inteiramente novos. Em grande parte sem precedentes, tais mudanças impõem novas demandas sobre nossas percepções do mundo. Ainda assim, parece que a partir dessas percepções um ambiente mais apropriado - um ambiente de sobrevivência, talvez - pode ser delineado.

A EMERGÊNCIA DO HOMEM AMBIENTAL

Deve estar claro, a partir da discussão acima, que o termo ambiente inclui muitos pontos de vista; como nós o percebemos e experienciamos no sentido psicológico; como o modificamos e usamos para servir a nossas necessidades; e, finalmente, como acomodamos nosso comportamento a um ecossistema constantemente em mudança. Antes de discutirmos brevemente alguns dos pressupostos e temas cobertos neste livro, seria conveniente examinar o ambiente desde uma outra perspectiva. Ela pode ser chamada de conscientização ambiental; que significa, simplesmente, que para propósitos de estudo e investigação, nós percebemos nosso papel face ao ambiente em termos bem diferentes de qualquer coisa que tenha existido antes. A partir dessa conscientização um novo conjunto de atitudes e valores está surgindo. Nossa avaliação do ambiente - sobre espaço e seus usos, sobre os processos sociais engendrados pelas formas arquitetônicas, a mensagem ecológica que a natureza nos transmite, os efeitos da densidade, a influência de normas culturais sobre nosso senso territorial, a importância do planejamento urbano e, não menos importante, nossa conceituação do ambiente como fonte de identidade - tudo isso nos introduz a uma nova maneira de pensar o homem. De fato, nos apresenta um novo homem, o homem ambiental, cuja relação com seu mundo é unicamente diferente daquelas de seus predecessores ao longo de toda a História.

Em todas as eras o ser humano tem tido um relacionamento funcional específico com a sociedade que determina como ele pensa a respeito de si próprio. Em outras palavras, ele é um produto das demandas evolucionárias de seu tempo. Como ele se comporta depende, em última instância, do que ele precise fazer para sobreviver. Como é sabido, em etapas iniciais da História humana essas demandas eram basicamente físicas; o homem primitivo combatia a natureza em sua luta pela existência. Felizmente, do retrospecto da tecnologia moderna, esse homem não foi nem suficientemente habilidoso nem de quantidade tal que sobrepujasse o equilíbrio ecológico. Ele foi o que, em retrospectiva, tem sido chamado de homem natural, dependente da natureza mesmo para suas crenças sobrenaturais.

Tais rótulos podem ser simplistas, mas servem o propósito de nos deixar focalizar naqueles aspectos de uma sociedade em evolução que distinguem uma era de

outra. Eles identificam aquilo que as pessoas consideram como o mais real acerca de suas vidas. Por volta da Idade Média a equação ser humano-ambiente havia adquirido um novo conjunto de valores. A natureza não era mais o único espelho em que o homem podia encontrar um reflexo de si mesmo. O mundo era cada vez mais social e conceptual; idéias exerciam um papel maior na definição do eu (ou self), e a idéia que prevalecia na Europa era a de Deus, produto de mais de mil anos de tradição judaicocristã. O fechado mundo medieval, com suas rígidas hierarquias sociais e sua adoção da doutrina cristã, afirmava uma crença acerca do lugar do homem no universo que permeava todos os aspectos da vida cotidiana. E esse lugar não seria facilmente questionado, como se vê pelas grandes crises de credo que acompanharam as descobertas de Galileu e Copérnico.

Com o Renascimento iniciou-se uma gradual dissolução do homem do cristianismo, culminando na idéia do homem racional idealizada pelo século dezoito, uma revolta predominantemente inspirada pelas descobertas científicas que estavam dando às pessoas mais controle sobre suas vidas. O século dezanove viu esse desenvolvimento afunilado em uma tecnologia industrial para um crescente número de pessoas -empregador e trabalhador constituíam, nesse sentido, o homem econômico, ambos inseparavelmente confinados a um modo industrial de vida. Esses indivíduos podiam ainda acreditar em Deus, ou mesmo na natureza, mas era a máquina que dava o tom da dança.

Mesmo assim, sob o auto-conceito predominante de cada época sempre houve uma humanidade que pensava e sentia, a pessoa em sua essência comportamental. O que caracteriza tempos mais recentes é uma nova consciência desse eu essencial, o conceito de identidade como psicologicamente genérico. Foi Freud quem criou o homem psicológico, e o legado de Freud domina nossa concepção de homem hoje como um ser que cada vez mais encontra sua singularidade em existência, na finitude da vida, desvinculado dos valores transcendentes ou espirituais que determinaram tanto do comportamento no passado. Para o lugar desses valores ainda não foi criado um substituto viável a não ser, talvez, na idéia do próprio homem, em toda a sua autonomia psicológica.

É a partir dessa perspectiva que nosso estudo de ambiente e comportamento de fato se inicia. Pois se o homem psicológico é uma função de sua época, freqüentemente o é no sentido negativo de ser alienado dela; alienado do ambiente social e das instituições que foram estruturados pela tecnologia, mais do que pelas necessidades mais profundas e duradouras da própria humanidade. O perigo não é de que não sejamos capazes de nos adaptar a nosso ambiente, mas sim de que sejamos capazes de adaptarmo-nos bem demais. René Dubos (1968) mostrou que a adaptabilidade humana torna possível que o homem se acomode a condições que ameaçam destruir os valores caracteristicamente humanos. A "aceleração social" de que fala Margaret Mead (1970) revela quão adaptável a espécie humana é à nova

tecnologia; processos que antes levavam gerações são agora assimilados em nossa cultura dentro de poucos anos -embora isso tenha um preço. Em seu popular livro *Choque do Futuro*, Alvin Toffler descreve esse fenômeno em termos de nossa luta para alcançar um *modus vivendi* com mudanças ainda por vir; e apesar de o autor corretamente enxergar isso como um problema psicológico, sua solução é basicamente social.

O que deve ser enfatizado aqui é que relacionamentos sociais ocorrem em um ambiente que é em si próprio uma parte dinâmica do processo de mudança. Instituições -escolas, igrejas, hospitais -são únicas nesse aspecto, não só em sua forma física (que pode limitar ou encorajar certos tipos de atividades), mas também na mensagem social que essa forma transmite para nós. Falando corretamente, tais meios podem influenciar o comportamento a curto prazo simplesmente por limitar as escolhas possíveis. Mas um ambiente também pode ampliar essa liberdade de escolha. Ao deslocar a ênfase de um ambiente estruturado para um não-estruturado, a escola de planta aberta encoraja as crianças a aprender em um ritmo individualmente significativo, mais de acordo com seus próprios interesses e habilidades. Para citar uma situação comparável: pesquisas feitas sobre o comportamento de pacientes em um solarium hospitalar indicam que o mero rearranjar da mobília possibilita obter mudanças extraordinárias nos padrões de uso do local, com implicações terapêuticas para os pacientes.

Estamos lidando com uma teoria de ambiente que remove o indivíduo do isolamento físico em que ele tem sido normalmente estudado. Isso, em si, é um significativo avanço em nossa compreensão do comportamento humano. E mais do que isso, oferece ao indivíduo um novo papel em relação a seu ambiente, que se torna contexto para um novo humanismo não mais preocupado exclusivamente com as relações humanas. Um humanismo redirigido para outrem e para longe da preocupação psicológica com o self, preocupação essa que, nas palavras de Paul Shepherd e Daniel McKinley "conduz não à descoberta mas a uma abismal ausência de identidade. A impressão é de que o self é descobrível somente em sua própria perda e que não é identificável sem um intenso senso de ambiente" (1969, p. 139).

Se isso é verdade, então o tipo de ambiente que criamos se torna supremamente importante. Shepard (1969) escreve: "o lado humano da ecologia nos mostra que o dilema de nossa emergente crise ecológica mundial ... é, ao menos em parte, uma questão de valores e idéias. Ele não divide os homens tanto por suas atividades como pela complexidade de personalidade e experiência moldando seus sentimentos em relação a outras pessoas e ao mundo em geral." (p. 8) Nesse sentido, não somente o ambiente, mas uma ética é preservada. Pois a condição através da qual atingimos uma identidade no ambiente não é simplesmente pelo uso prudente que fazemos dele, mas pelos valores humanos que expressamos através de nossa disposição em molda-lo a um objetivo ético. Estamos descobrindo nosso ambiente porque estamos diante do

perigo de perdê-lo. O homem ambiental não se encontra em situação crítica só com o ecossistema, mas também com seu próprio sentido de self.

PROJETO E COMPORTAMENTO

É nossa tese que só quando entendemos o relacionamento de comportamentos individuais e grupais com o ambiente como um todo é que podemos produzir as mudanças ambientais desejadas. Afirmar que nosso meio físico é mais maleável hoje do que já foi no passado -que as mesmas forças que provocam mudanças são suscetíveis de fins tanto positivos como negativos - não serve a nenhum propósito se o ser humano não souber seu papel comportamental nesse continuum. A Arquitetura sempre reconheceu a psicologia das estruturas físicas, mas era principalmente uma psicologia aplicada que coloca os ocupantes dessas estruturas em papéis passivos. Paredes de certas cores são quentes ou frias. Casas em estilo contemporâneo dão uma sensação de "liberdade" (por causa do uso mínimo de partições e uma porção de amplas janelas). Em escolas, boa iluminação promove melhor aprendizagem. Supõe-se que conforto e conveniência sejam atributos psicológicos, e pouco esforço tem sido feito para distinguir as diversas bagagens culturais, econômicas e étnicas dos usuários. Em resumo, os arquitetos tendem a confundir as necessidades psíquicas de seus clientes com as necessidades de conveniência deles, muito embora as duas, de fato, freqüentemente coincidam. Na medida em que arquitetos adotam um ponto de vista mais comportamental, as inadequações de nossas atuais estruturas se tornam aparentes. Forma e função não mais dominam; idealmente o edifício se torna um "setting" no qual, de acordo com Amos Rapoport (1967), "encontramos nosso próprio significado".

Essa necessidade comportamental não é simplesmente de conveniência ou conforto. Conveniência demais pode explicar nossa alienação de um dado ambiente simplesmente porque achamos difícil nos envolvermos nele de um modo expressivo, com significado. Na medida em que um contexto físico nos convida a participar, Rapoport (1967) acredita, tanto complexidade como ambigüidade são necessários. Quando esses elementos estão ausentes, nós tentamos projetar nosso próprio significado nele. Por isso a sutil sabotagem de funcionários de prédios de escritórios voltada aos novos e altamente "funcionais" arranha-céus que forcem seus ocupantes a viver com um prédio em seus próprios termos.

Quando os homens planejavam e construíam suas próprias casas, não importa quão rústicamente, eles intuitivamente as modelavam baseado em exigências comportamentais. O arquiteto como planejador de casas chegou posteriormente à cena, e veio numa época em que a própria casa estava passando por uma mudança de função para acomodar a família nuclear, quando comparada com a família ampliada de gerações anteriores. Isso constitui simplesmente uma continuação das

mudanças iniciadas mais de um século antes, quando o industrialismo separou os locais de trabalho do homem de seus locais de vida. Sapateiros, donos de armazém, alfaiates -quase todos esses comerciantes e artesãos praticavam seus ofícios em casa. A casa continha a família tanto como consumidora daquele espaço quanto produtora de bens; era um ambiente total, no qual os habitantes podiam participar e, de fato participavam, no sentido mais completo. Tais lugares eram tanto funcionais quanto psicologicamente satisfatórios, apesar do fato de que a vida era freqüentemente difícil, e barracos eram barracos.

É verdade, claro, que a identidade do homem pré-industrial era só parcialmente resultado do seu lugar no ambiente. Ele tinha um lugar também no esquema de valores religiosos e sociais de seu tempo; e além do mais, o próprio enraizamento dessa gente - sua ligação com o lugar - encorajava uma visão estreita da vida. Ainda que seu entorno fosse limitado, as pessoas pertenciam a ele de um modo que praticamente não ocorre mais. As origens desse distanciamento podem ser localizadas no rápido ritmo de industrialização do começo do século dezanove. O interesse pelos subprodutos mais perceptíveis dessa industrialização constitui um dos antecedentes históricos da Psicologia Ambiental. O fluxo de largos contingentes de pessoas do campo para a cidade, e sua resultante concentração em cortiços e favelas; as excessivamente longas horas de trabalho; e a freqüente disseminação da família inteira pelas fábricas para poder gerar uma renda suficiente eram fatores aparentemente ligados a uma patologia social caracterizada por saúde física deficiente, criminalidade, altos índices de mortalidade e alcoolismo. Embora os esforços de reformadores sociais fossem dirigidos para uma ampla esfera de ação, o centro das preocupações foi com as moradias daqueles que trabalhavam nas áreas altamente industrializadas. Muito dessa ação, infelizmente, era ensaio e erro, e em muitos casos não havia realmente uma tentativa de especular sobre o modo específico pelo qual o ambiente físico produzia, por si próprio, indicadores de patologia social. Isso ainda é uma questão em aberto, apesar da volumosa literatura que surgiu desde então sobre o relacionamento do ambiente sociológico e patologia.

Aqui se destaca a questão da densidade populacional e seu efeito sobre o comportamento. O sociólogo Georg Simmel (ver Wolf, 1950), em seus estudos sobre a Chicago do início deste século, falava sobre a conservação de energia psíquica por parte de residentes urbanos que usam esse mecanismo para conviver com grande número de pessoas e que, em consequência, chegam a conhecer uma proporção de seus vizinhos em escala muito menor do que moradores do campo ou de cidades pequenas. Para o fazendeiro, o isolamento físico requer esforços para ser quebrado. Existem menos vizinhos a serem escolhidos e se tende a ser menos seletivo.

Poderíamos, então, perguntar porque, à parte as óbvias razões econômicas, as pessoas vivem em cidades que são tão freqüentemente estressantes? Nas várias décadas que

transcorreram desde os estudos de Simmel muito mais se aprendeu sobre a resposta comportamental aos ambientes urbanos. Sabemos que não se pode explicar uma cidade -ou qualquer outro ambiente -antes que se compreenda os tipos de pessoas que vivem nela: sua bagagem étnica e social, seus hábitos culturais, níveis de renda e esquema geral de valores.

Uma das interessantes descobertas feitas por sociólogos que estudaram a renovação urbana nos Estados Unidos é o quanto moradores de cortiços e favelas resistem à idéia de remoção para "melhores" áreas. Em seu estudo do extremo oeste de Boston, Herbert Gans (1962) destacou que apesar dos moradores de um cortiço não

o considerarem um lugar fisicamente agradável para se viver - canos partidos e buracos no chão são indesejáveis, mesmo entre os pobres - eles o achavam compatível com seu estilo de vida e indispensável como um lugar para o qual eles tinham uma imagem. A isso deve-se acrescentar a coesão social que tem sido observada nesses locais -mas não, falando-se genericamente, nas melhores áreas e subúrbios -onde fortes laços de amizade, baseados em homogeneidade econômica, cultural e étnica, agem como uma defesa contra o ambiente maior, mais impessoal da cidade total.

De modo semelhante, uma das características da vida no gueto negro ou no barrio porto-riquenho é a habitação super populosa e geralmente deteriorada que leva os moradores para o ambiente sociável, cheio de vida e menos punitivo das ruas. Tal atividade é valorizada pelos moradores, como se pode notar pela freqüente relutância deles em trocar esse estilo de vida pela vida em um projeto habitacional, melhor fisicamente, mas possivelmente estéril. Ainda assim, existe sempre o perigo de se dar uma interpretação romântica demais a fenômenos do tipo.

ALGUNS PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Nas páginas anteriores introduzimos a idéia de homem ambiental como fundamental para a compreensão desse processo de mudança - o homem não como um receptor passivo de estímulos, nem como psicologicamente autônomo, mas homem em tensão dialética com seu meio, interagindo com ele, moldando o ambiente e sendo moldado por ele. Os limites desse conceito são amplos, com implicações para planejamento urbano, projeto de escritório e locais de moradia, conservação de recursos naturais e construção de instituições, tais como escolas e hospitais, onde a forma ambiental está intimamente relacionada aos processos educacionais ou terapêuticos a que serve. Esses aspectos da Psicologia Ambiental, bem como abordagens teóricas relacionadas a metodologia e ao uso dos modelos perceptual e cognitivo, serão tratados nos capítulos a seguir. Entretanto, acreditamos que seja útil nesse ponto antecipar alguns de nossos principais pressupostos sobre o ambiente e sobre como ele opera. Resumimos abaixo oito características fundamentais para o entendimento desse processo.

O ambiente é experienciado como um campo unitário.

Embora percebamos o ambiente como estímulos discretos - aspectos visíveis, som, gosto, cheiro, toque - a constelação total de estímulos é que determina como respondemos a ele. É a complexidade do contexto físico em que as pessoas vivem e interagem durante longos períodos de tempo que deve ser considerada ao se analisar a influência do ambiente sobre o comportamento humano.

A pessoa tem propriedades ambientais tanto quanto características psicológicas individuais. Ela é por si própria um componente ambiental, e como ela interage com seu setting ajuda a determinar a natureza daquele setting e seu efeito sobre as ações dela. Esse processo de feedback cíclico é instrumental na mensuração do comportamento humano dentro de um dado meio físico. O relacionamento do indivíduo com seu ambiente, portanto, é dinâmico.

Não há ambiente físico que não seja envolvido em um sistema social e inseparavelmente relacionado a ele. Não podemos responder a um ambiente independentemente de nosso papel como seres sociais. Mesmo uma pessoa solitária reage a seu ambiente com base nesse isolamento. A natureza de um ambiente afetará o funcionamento de grupos, seja esse ambiente uma cidade ou uma sala de aula. A disposição espacial torna possível certos tipos de relacionamentos e inibe outros. Nenhum grupo pequeno, tipo face-a-face, por exemplo, pode funcionar adequadamente, e portanto atingir seus objetivos, se o contexto físico impede interação social normal entre seus membros. A pouca densidade de pessoas num espaço se torna um componente ambiental que influencia o comportamento delas.

O grau de influência do ambiente físico no comportamento varia com o comportamento em questão. Cultura e contexto são recíprocos, mas em locais onde os valores são fortemente respeitados o contexto em que eles são expressos se torna relativamente menos importante na determinação do comportamento. Igrejas muito bonitas não transformam ateus em crentes, nem belas escolas necessariamente educam o obtuso. Em tais casos, o meio pode atuar como um reforçador positivo ou negativo para um tipo de comportamento já estabelecido, mas não se pode esperar que vá mudar a direção básica desse comportamento.

Quanto mais complexa a experiência, tanto mais provável que exista uma variedade de fatores influenciando-a, e menos provável que o ambiente físico seja um fator de importância central no caso. Uma tradição cultural herdada pode ser muito mais operacional na determinação de uma dada ação do que o palco imediato onde tal ação é expressa, embora não se deva negligenciar o fato de que damos forma a nossos ambientes de modo a reforçar tais tradições.

O ambiente freqüentemente opera abaixo do nível da consciência. É quando nosso ambiente é modificado que nos tornamos mais conscientes a respeito, porque é a partir desse ponto que conscientemente começamos a nos adaptar. Na maior parte do tempo, tomamos nosso ambiente como garantido, e embora possamos ter consciência do afeto - como nos sentimos ao operar num

dado meio -o efeito disso em nossas ações pode ser completamente subliminar. O comportamento territorial dos indivíduos, por exemplo, é algo bem estabelecido e para todos os propósitos práticos automático. Ainda que a forma ou o tamanho de um espaço afete o comportamento de um grupo, quase nunca se "pensa" nesse comportamento. É só mais tarde, quando analisamos nossas ações (ou quando elas são analisadas por outros) que descobrimos razões subjacentes para o comportamento.

O ambiente "observado" não é necessariamente o ambiente "real". O que vemos e o que existe podem ser coisas bem diferentes, o que explica porque não é possível encontrar duas pessoas que experienciem um mesmo ambiente exatamente do mesmo modo. Dependendo de nossa personalidade, bagagem étnica, fé religiosa, ou simplesmente nosso humor do momento, o que experienciamos pode ser uma distorção do mundo objetivo. Na realidade, todos nós em algum momento olhamos para o ambiente através das lentes deformadoras de raiva, incômodo, ou frustração e esse fato pode ser mais importante na modificação de nossas ações do que as propriedades físicas daquele ambiente. Comportamo-nos como se o ambiente fosse estruturado de um certo modo embora, na verdade, ele pode não ser. É aos mundos real e percebido que respondemos.

Tais percepções são freqüentemente influenciadas por nossas experiências prévias com o ambiente. Quando se pediu a estudantes da Universidade do Estado de Ohio que estimassem a distância do campus para vários pontos da cidade de Columbus, recém-chegados mostraram-se surpreendentemente precisos, ao passo que estudantes familiarizados com a cidade superestimaram bastante o número de milhas até a região comercial central. A impaciência com sinais de tráfego e sinais de parada, e os nervos gastos por dirigir no centro tinham feito a distância parecer maior do que de fato era (Golledge, 1973).

O ambiente é organizado cognitivamente como um conjunto de imagens mentais. Tanto as distorções perceptuais como as expectativas que trazemos para o ambiente afetam o papel que desempenhamos nele. As pessoas desenvolvem concepções seletivas e únicas das cidades em que vivem, de suas escolas e hospitais, do caminho usado para ir ao trabalho; e elas reciprocamente influenciam o modo como as pessoas usam o espaço, se movimentam nele e mesmo se sentem em relação a ele. Como uma função da bagagem cultural, idade, sexo, classe social, ocupação, e outros fatores, esse ambiente cognitivo varia de pessoa para pessoa e de grupo para grupo. Ele não é menos funcional do que o ambiente geográfico, uma vez que imagens mentais predisõem a maneira pela qual interagimos com o ambiente físico real.

É justamente essa estruturação cognitiva do ambiente que nos capacita a organizar nosso mundo de um modo reconhecível e administrável. A menos que sejamos capazes de esquematizar o ambiente em termos de imagens mentais, dificilmente poderíamos pensar em viver nele com algum grau de credibilidade, muito embora seja

óbvio que nós estamos continuamente tendo que corrigir nossas distorções contra a realidade. Mas mesmo com esses erros inerentes, só podemos ordenar fisicamente a informação percebida porque conseguimos codificá-la, estruturá-la e guardá-la fenomenologicamente - ou seja, em um arranjo mental. É esse ambiente internalizado que dá forma ao mundo visível.

O ambiente tem valor simbólico. O que o ambiente significa para nós em termos de percepção literal -se é coerente, esteticamente interessante, confuso -e o que ele significa em termos de valor e função não são sempre a mesma coisa. Um trono é diferente de um tamborete, embora ambos sejam objetos em que sentamos. Certos marcos de referência nos ajudam a encontrar nossos caminhos numa cidade, algo bem distinto da utilidade deles como edifícios ou parques. A comunicação simbólica está implícita na maioria dos ambientes, nos dizendo o que esperar de um "setting" particular e, além disso, como avaliar a nós mesmos em relação a ele. Burnette (1971) chamou esse papel do ambiente um "sistema fundamental de referência", através do qual nós interpretamos a significância de um "setting". "Nós 'lemos' o significado de barras de ferro ou de portões abertos . . . e compreendemos uma pessoa quando vamos à sua casa . . ." (p. 68).

É essa qualidade do ambiente que provê as pessoas com aquele senso de "identidade de lugar" que ajuda a definir o papel que elas exercem na sociedade. Zeisel (1971) observou a tendência de muitas mulheres considerarem suas cozinhas não meramente como um lugar onde se cozinha, mas, mais importante ainda, como um meio de comprovação de que elas cumprem bem sua tarefa na sociedade. Ambientes de larga escala exercem essa mesma função simbólica para os grupos, tornando possível um senso de identidade social, como já mencionamos em relação aos moradores de cortiços, que encontram em seu ambiente um senso de pertinência que sobrepuja as desvantagens físicas de prédios decrepitos e ruas sujas. Na realidade, os assim chamados aspectos negativos de um dado ambiente podem bem ser aqueles que mais contribuem neles para uma apreciação positiva. Um levantamento feito com fazendeiros de áreas de seca do meio oeste dos Estados Unidos, muitos dos quais se recusaram a relocar-se quando lhes foi oferecida essa oportunidade, revelou que para 88% deles os elementos de conflito, risco, e incerteza em seu modo de vida eram parte integral de sua auto-imagem. O orgulho pela capacidade de "ficar e lutar" foi mais forte do que o ambiente indócil que, por sua vez, os havia condicionado a exatamente tal orgulho (Saarinen, 1966).

É nesse sentido que o esquimó se sente em casa no Ártico e o beduíno no deserto. O ambiente proporciona raízes, não só no presente imediato, mas também em um passado cultural indeterminado. Isso é mais extraordinariamente ilustrado hoje no caso dos judeus, que criaram no estado de Israel uma terra natal para conter sua História étnica e cultural. Esse pedaço de deserto não é

meramente um território colonizado por uns poucos, mas um país cheio de sentido simbólico para muitos.

"A paisagem em geral serve como um vasto sistema mnemônico para a retenção da história e dos ideais de um grupo", escreveu o urbanista Lynch (1960). Por isso, não é de se estranhar que tanto grupos como indivíduos enxerguem seu mundo de modos tremendamente diversos, pois o que eles interpõem entre si próprios e a realidade é um ambiente simbólico derivado de sua herança cultural. No próximo capítulo examinaremos como essas atitudes evoluíram historicamente em relação ao ambiente natural, e como o homem tem reagido a esse ambiente ao longo de sua existência.

REFERÊNCIAS

Burnette, C. (1971). The mental image of architecture. In *The American Institute of Architects/ Philadelphia; Chapter. Architecture for human behavior: collected papers from a mini-conference* (pp. 65-73). Filadélfia: Autor.

Dubos, R. (1968). *So human an animal*. Nova Iorque: Scribner. *

Gans, H. *The urban villagers*. Nova Iorque: Free Press, 1962.

Golledge, R. G., & Zannaras, G. (1973). Cognitive approaches to the analysis of human spatial behavior. In W. H. Ittelson (Org.), *Environment and cognition*. Nova Iorque: Seminar Press.

Hall, E. T. (1966) *The hidden dimension*. Garden City, Nova Iorque: Doubleday. *

Izumi, K. (1969). Some psycho-social considerations of environmental design. Duas palestras ministradas na Universidade de Waterloo, Waterloo, Ontario. 13/Novembro e 11/Dezembro.

Lynch, K. (1960). *The image of the city*. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press. *

Mead, M. (1970). *Culture and commitment*. Garden City, Nova Iorque: Natural History Press. *

Pastalan, L. A., & Carson, D. H. (Orgs.). (1970). *Spatial behavior of older people*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press.

Rapoport, A. (1967). Whose meaning in architecture? *Interbuild/Arena*, 83, 44-46.

Saarinen, T. (1966). *Perception of the drought hazard on the Great Plains*. Chicago: Department of Geography, University of Chicago.

Shepherd, P. (1969). Introduction: ecology and man - a new viewpoint. In P. Shepherd & D. McKinley (Orgs.), *The subversive science: essays toward an ecology of man* (pp. 1-10). Boston: Houghton Mifflin.

Shepherd, P., & McKinley, D. (Orgs.). (1969). *The subversive science: essays toward an ecology of man*. Boston: Houghton Mifflin.

Sommer, R. (1969). *Personal space*. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice-Hall. *

Toffler, A. (1970). *Future shock*. Nova Iorque: Random House. *

Wolff, K. H. (Org.). (1950). *The sociology of Georg Simmel*. Nova Iorque: Free Press. *

Zeisel, J. (1971). Fundamental values in planning with the non-paying client. In *The American Institute of Architects/ Philadelphia Chapter. Architecture for human behavior: collected papers from a mini-conference* (pp. 23-30). Filadélfia: Autor.

Leituras sugeridas :

Kepes, G. (Org.). (1972). *Arts of the environment*. Nova Iorque: Braziller.

Smithsonian Institute Press (1968). *Smithsonian Annual II: the fitness of man's environment*. Washington, D.C.: Autor.

Wagner, P. (1960). *The human use of the earth*. Nova Iorque: Free Press.

* N.T.: Existe tradução desta obra publicada no Brasil.